

Primeira Infância acolhida

Existem vários estudos desenvolvidos junto a instituições de acolhimento voltadas para crianças na Primeira Infância e parte dos estudos sobre acolhimento institucional também investiga crianças nessa faixa-etária. No entanto, aqui, abordaremos apenas os textos que tratam de aspectos particulares da Primeira Infância vivida em unidades de acolhimento institucional.

De modo geral, as pesquisas apontam para o fato de que as crianças nessa faixa etária demandam muitos cuidados e atenção. Essas crianças buscam ativamente por seus cuidadores e demandam suporte emocional constante e reconhecimento de sua individualidade. Segundo Golin e Benetti (2013), essas crianças podem apresentar dificuldades no estabelecimento de vínculos com comportamentos associados ao Transtorno de Apego. Para as autoras, mesmo com espaços físicos, recursos e equipe técnica adequados, os ambientes institucionais precisam voltar-se também para a oferta de alternativas de interações de qualidade para os bebês. Apontam-se não apenas mudanças na organização física dos espaços, mas também um cuidado com o ambiente emocional oferecido às crianças (GOLIN; BENETTI; DONELLI, 2011).

Nesse sentido, a oferta de oportunidades de convívio saudável com cuidadores e com outras crianças e a promoção de vivências em vários tipos de ambientes ampliam e fortalecem a rede de apoio social das crianças e de suas famílias. Rosa et al. (2010) recomendam que, apesar das Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes sugerirem uma educadora para cada seis crianças em instituições que tenham pelo menos dois usuários que demandam atenção especial (inclusive com idade inferior a um ano), seria interessante aumentar essa razão de uma educadora para cada quatro crianças. Isso proporcionaria uma relação de apego mais forte e favorável à atenção das necessidades de carinho e proteção das crianças acolhidas ainda na Primeira Infância. Para isso, no entanto, é necessário que haja preparo das monitoras para cuidar dessas crianças, uma vez que, em pesquisas realizadas, foram evidenciadas situações de hostilidade verbal e poucas ocorrências de carinho, palavras de incentivo e contato físico. É preciso também que as coordenações e direções dos abrigos se sensibilizem sobre a questão e promovam e estimulem a capacitação de seus profissionais (BARROS; FIAMENGGHI JR., 2007). A relação com bebês e crianças pequenas é muito mobilizadora para os profissionais. Ao mesmo tempo em que parte dos cuidadores investe na construção de relações afetivas, a iminência de ruptura dos laços, a ansiedade e a falta de espaços de escuta podem levar outros cuidadores a adotar atitudes mais distantes, “profissionais”, desconsiderando a importância do vínculo para o desenvolvimento dos

acolhidos. Nesse sentido, além da formação profissional, é preciso cuidar dos profissionais cuidadores, proporcionando o debate e a ressignificação dos encontros que acontecem nas instituições de acolhimento, tornando-as espaços marcados por relações afetivas significativas e enriquecedoras (LEMOS; SILVA, 2019; OMIZZOLLO; SILVA, 2018).

Outra preocupação refere-se ao acompanhamento do crescimento e desenvolvimento de crianças na primeira infância em unidades de acolhimento. No estudo de Chaves et al. (2013), a maioria dos acolhidos apresentou um crescimento satisfatório comparado com os padrões adotados pelo Ministério da Saúde. No entanto, em sua maioria, as crianças apresentaram atrasos importantes em fatores sociais e psíquicos, com destaque para a linguagem. Para as autoras, é fundamental haver acompanhamento contínuo do crescimento das crianças, garantindo ações preventivas eficazes. O mesmo deve ocorrer no que tange o desenvolvimento infantil, garantindo que os sinais de atraso, em quaisquer aspectos, sejam trabalhados e que os profissionais, em particular os de saúde, possam implementar estratégias eficazes para favorecer o desenvolvimento neuropsicomotor infantil.

Embora não tenham identificado diferenças significativas na Linguagem Receptiva, Expressiva ou Global entre crianças acolhidas e crianças que sempre estiveram com a família biológica, Franco, Lopes e Lopes-Herrera (2014) verificaram um maior índice de distúrbios de linguagem entre as crianças que estavam em abrigos. Cruz, Dias e Pedroso (2014), ao avaliar o conhecimento de cuidadoras sobre o desenvolvimento de crianças em acolhimento institucional, também revelaram preocupação em relação ao desenvolvimento da comunicação das crianças acolhidas na primeira infância. Em seu estudo, as principais dificuldades identificadas estavam na verbalização e na concentração nas tarefas propostas. Já a área da coordenação motora ampla, que envolve também o correr e o pular, foi considerada dentro das expectativas para o desenvolvimento. Os autores recuperam estudos que apontam que o acolhimento precoce por um longo período de tempo pode ocasionar alterações no desenvolvimento da linguagem. Problemas que muitas vezes só são identificados quando a criança inicia sua vida escolar. Por isso, consideram fundamental o acompanhamento desse grupo desde os primeiros meses para reverter um curso de alterações e danos que podem permanecer por um bom tempo, mesmo depois das crianças serem colocadas em ambientes favoráveis para o seu desenvolvimento.

Ainda assim, a institucionalização precoce e prolongada de crianças ainda é uma prática comum nos dias atuais. Por isso, o conhecimento acerca das condições gerais em que o acolhimento acontece pode ser uma ferramenta que possibilita aos cuidadores, profissionais e gestores identificar, prevenir e reparar os efeitos dessa experiência sobre o desenvolvimento das crianças. Existe uma relação paradoxal entre

proteção e risco nos processos de institucionalização de crianças. Se, por um lado, o acolhimento institucional é visto como uma importante medida de proteção às crianças, em face às vulnerabilidades, ao abandono e às violências; por outro, ele é recomendado apenas em casos excepcionais e em caráter provisório, evitando a fragilização e/ou ruptura dos vínculos familiares na infância. A adoção de medidas como a organização do ambiente de modo a favorecer a convivência entre pares e a construção de espaços lúdicos podem promover melhorias nas condições gerais, tornando o clima mais favorável à interação social e a contatos afetuosos entre as crianças, mas também entre elas e seus cuidadores (CAVALCANTE; MAGALHÃES; PONTES, 2007).

Cabe acrescentar a importância de ampliar os estudos sobre essa temática, tendo como foco não só a percepção dos adultos, mas também as experiências próprias das crianças pequenas e dos bebês, uma vez que a compreensão acerca dos processos de construção de vínculos nessa faixa etária pode ser decisiva para a criação e o aprimoramento de metodologias voltadas para esse grupo (MOURA; AMORIM, 2013).